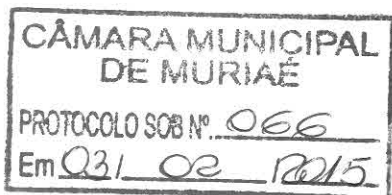


PROJETO DE LEI Nº/2015



Dispõe sobre a Política Municipal de Incentivos Ambientais, cria o IPTU ECOLÓGICO e autoriza o Município a conceder isenção fiscal.

O Prefeito Municipal de Muriaé:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - A Política Municipal de incentivos ambientais será formulada e executada com o objetivo de implantar sistemas ecoeficientes nas edificações públicas e privadas, como: sistema de captação de águas pluviais, sistema de reúso da água, sistema de aquecimento hidráulico solar e sistema de aquecimento elétrico solar, acessibilidade nas calçadas, arborização, manutenção de áreas permeáveis, tratamento de resíduos, uso de materiais provenientes de fontes naturais renováveis ou recicladas.

§1º - Para os fins desta Lei entende-se como:

- Acessibilidade – quem adaptar sua calçada para trânsito livre e seguro de pedestres e cadeirantes, mantendo de 1 a 1,5 metro para circulação;
- Arborização - os imóveis com uma ou mais árvores;
- Áreas permeáveis – os imóveis horizontais com jardins ou gramados que permitam a absorção das águas das chuvas;
- Sistema de captação de água de chuva – que permitam a sua utilização no imóvel,
- Sistema de reuso de água – reaproveitamento da água utilizada no imóvel;
- Construções com materiais sustentáveis – através de notas fiscais com comprovação de sua origem;





- Utilização de energia passiva (quando o projeto arquitetônico propicia o melhor aproveitamento da luz solar, dispensando o uso de ar condicionado e iluminação artificial);
- Telhado verde (vegetação em cima de todos os telhados da casa);
- Separação de resíduos sólidos (exclusivo para condomínios horizontais ou verticais que comprovadamente destinem sua coleta para reciclagem).

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder benefícios fiscais, com isenção parcial do IPTU para os imóveis que adotarem sistemas ecoeficientes, sendo autorizada o desconto máximo de 50% para o imóvel que adotar uma das seguintes medidas: sistema de reuso de água; sistema de captação de águas pluviais para uso no imóvel; sistema de aquecimento hidráulico solar e sistema de aquecimento elétrico solar.

§1º- Os descontos referente ao IPTU verde, terão sua isenção máxima no 1º ano, e nos três anos subsequentes os descontos serão reduzidos gradativamente, permanecendo a isenção mínima para os anos que se sucederem.

§2º - O imóvel que adotar mais de uma medida ecológica sugerida, terá direito a ter a isenção máxima prolongada. Assim, se adotar três medidas simultaneamente no mesmo ano fiscal, terá direito a manter a isenção máxima por três anos consecutivos.

§3º- Se a adoção das medidas forem em anos fiscais distintos, mas dentro do período da isenção, terá o direito que suas reduções sejam gradativas de dois e dois anos, a contar da terceira.

§3º- O imóvel que adotar alguma medida, após a estabilidade na isenção mínima, terá direito a nova isenção, com período de redução gradativa acelerado.

Art. 3º - A política municipal de incentivos ambientais será planejada e gerida pela Secretaria da Fazenda em parceria com as Secretarias de Meio Ambiente e da Secretária Municipal de Obras Públicas.

Art. 4º - Esta Lei deverá ser regulamentada por decreto do executivo.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Muriaé

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Mello,

14 de janeiro de 2015.

HELENA CARVALHO

Vereadora pelo PMDB

JUSTIFICATIVA

IPTU VERDE OU ECOLÓGICO - Trata-se de um desconto no valor do IPTU para o contribuinte que construir ou reformar a sua casa ou empresa implantando os seguintes sistemas ecoeficientes em sua obra: captação e reúso da água, geração de energia, tratamento de resíduos, aproveitamento bioclimático e uso de materiais provenientes de fontes naturais renováveis ou recicladas.

A juridicidade da questão decorre da própria Constituição Federal, que nos artigos 170 e 225, prescreve a preservação do meio ambiente como objetivo a ser alcançado pela políticas públicas, o que permite, em certa medida, a adoção do tributo como meio servil para tanto.

A responsabilidade pela proteção do patrimônio ambiental é de todos os entes da federação, conforme previsão constitucional (art. 23, VI, CFRB/88). Registre-se, nesse mesmo sentido, que a Lei Federal 6.938, de 31.08.1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, que o meio ambiente é patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo (art. 2o, I).

Nesta ampla cadeia de proteção ambiental, é interessante notar que os Municípios formam um elo fundamental, já que as populações e as a



GABINETE DA VEREADORA

HELENA CARVALHO

PMDB
O PARTIDO DO BRASIL

autoridades locais reúnem amplas condições de melhor conhecer as questões ambientais de cada localidade, sendo certo que são os primeiros entes a identificarem o problema e, muitas vezes, suas soluções.

A iniciativa privada tem promovido inovações tecnológicas no setor de construção civil, que fornecem alternativas viáveis às técnicas de construções tradicionais, diminuindo consideravelmente o impacto ambiental dos imóveis urbanos. Ocorre que, via de regra, tais técnicas implicam o aumento do custo da construção e são investimentos com longo período de tempo para apresentarem retorno financeiro, o que acaba por desestimular a utilização de tais tecnologias em larga escala.

Diante desse cenário, ganha relevância as iniciativas dos entes municipais que tem modificado a legislação de IPTU para beneficiarem os contribuintes que desenvolvem imóvel ecologicamente sustentáveis, instituindo a sistemática também conhecida como "IPTU Verde" ou "IPTU Ecológico".

Face ao exposto, peço a aprovação dos nobres pares para aprovação deste projeto.

Câmara Municipal de Muriaé

Plenário Dr. João Evangelista Bandeira de Mello,

14 de janeiro de 2015.

HELENA CARVALHO

Vereadora pelo PMDB